


INDUSTRIALIZAÇÃO E O DIREITO À CIDADE, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-158>

Data de submissão: 20/12/2024

Data de publicação: 20/01/2025

Isane Caripuna Pinheiro

Mestra em Cidades, Territórios, Identidades e Educação

Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba

E-mail: isanecaripuna35a@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7587-751X>

Fernando Manuel Rocha da Cruz

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal do Pará, Campus Abaetetuba

E-mail: fmrcruz@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1254-5601>

RESUMO

O processo de urbanização tornou-se um fenômeno mundial devido às alterações produzidas pelas estruturas do sistema capitalista, a partir do processo de industrialização. Na região Amazônica, não foi diferente. A 37 km de distância do município de Abaetetuba localiza-se um dos maiores Complexos Industriais da região – o Complexo Albras/Alunorte. A migração, nos anos 1980, originada por este fato, levou à expansão urbana em Abaetetuba, com o surgimento de novos bairros. Estes foram criados sem planejamento e com poucas ou nenhuma infraestrutura por parte do Estado. O objetivo do artigo é debater a situação atual da habitação e da mobilidade urbana, isto é, o direito à cidade, no município de Abaetetuba. Para o efeito, recorreremos a uma pesquisa de natureza qualitativa com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto de profissionais e decisores políticos. Concluímos que os impactos sociais e econômicos gerados com a localização do polo industrial, tiveram consequências na habitação e na mobilidade urbana. Se a primeira tem encontrado resposta ao nível federal, a segunda tem procurado soluções municipais. Todavia, é a ausência ou a dificuldade de implementação de medidas no âmbito da mobilidade urbana que mais tem condicionado o direito à cidade, sobretudo na periferia da cidade.

Palavras-chave: Amazônia. Industrialização. Cidade. Habitação. Mobilidade Urbana.

1 INTRODUÇÃO

Abaetetuba é uma cidade interiorana, no nordeste paraense, localizada às margens do Rio Maratauíra. Possui uma população estimada em 158.188 habitantes e uma área territorial de 1.610.654 Km² (IBGE, 2022). Encontra-se dividida territorialmente em zona urbana (17 bairros), zona rural ribeirinha (arquipélago de 22 ilhas, composta por 72 comunidades) e zona rural estrada (49 colônias e uma vila). A principal fonte de renda no município é o comércio terciário, seguido da pesca, extrativismo e funcionalismo público (municipal, estadual e federal).

A compreensão do momento atual vivido por Abaetetuba, somente é possível, se considerarmos sua história no contexto da implantação dos grandes projetos na Amazônia. O município está sob a influência direta do projeto Albras/Alunorte, fazanha nipônica que implantou, a 20.000 quilômetros de distância, a maior fábrica japonesa de alumínio fora da Ásia. Esta é capaz de abastecer 15% das necessidades de alumínio do Japão, a preços inferiores do que seria conseguido se as fábricas estivessem instaladas em território japonês. Assim, a implantação do Projeto Albras/Alunorte, deu-se na década de 1980, na cidade de Barcarena, a 37 km do município de Abaetetuba.

Na fase inicial, o projeto foi responsável pelo aumento da empregabilidade. Com isso, atraiu diversas famílias de diferentes partes do país e foi responsável pelo êxodo rural no município de Abaetetuba. A cidade cresceu caoticamente com o surgimento de novos bairros, os quais trouxeram consequências para o meio ambiente, a economia, a cultura e o contexto social.

É importante, por conseguinte, debatermos os conceitos de urbanização e industrialização. Assim, a urbanização pode ser entendida como o espaço de compreensão da dinâmica e concentração da riqueza, bem como da desigualdade social e econômica (CLENES; CARDOSO; DOURADO, 2010). Isso faz supor que sob a cobertura das desigualdades sociais surgem cidades concretas e complexas, populações diversas, separadas e ao mesmo tempo unidas pelas mais diversas situações cotidianas.

Por outro lado, chamamos urbanização ao processo espacial que agrega uma aglomeração funcional e socialmente inter-relacionadas, do ponto de vista interno (CASTELLS, 2001). A partir de meados do século XX, este fenômeno urbano tornou-se mundial devido às profundas alterações estruturais e espaciais do capitalismo.

Assim, assistimos, por um lado, à substituição do monopólio capitalista pelas corporações transnacionais e por outro, à criação de padrões de produção, comércio e prestação de serviços que, ao invés de se restringirem aos países do Atlântico Norte, se tornaram um fenômeno global (CLARK,

2003). No entanto, não há como tratarmos o processo de urbanização, sem antes trazermos à colação, a atuação que a industrialização promoveu.

Lefebvre (2011) ajuíza que a industrialização foi determinante para a transformação social, pelo que relativamente à problemática urbana devemos ter como ponto de partida as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana. Para este autor, podemos distinguir no movimento da industrialização, o processo indutor e o processo induzido.

Aqui, o processo de industrialização estimula e dá ênfase à ação do êxodo rural e com isso à execução de um desenvolvimento desordenado causando problemas de infraestrutura, ausência de políticas públicas efetivas, sejam elas educacionais, culturais, de saúde, de mobilidade urbana, habitação ou outras. Isto, levou Lefebvre (2011) a caracterizar a sociedade urbana a partir desta realidade social.

A cidade, enquanto processo de industrialização, usufruiu de um crescimento desordenado em grande parte do país e, em especial, em Abaetetuba. Assim, o processo de aglomeração urbana, reflexo das atividades geradoras de emprego e renda, gerou igualmente impacto financeiro com essas mudanças urbanas.

Desse modo, o capitalismo – via industrialização – influencia diretamente a urbanização, quando se observa o principal uso da cidade, isto é, seus espaços públicos, edifícios e monumentos, ou seja, quando a obra se tem como valor de uso e valor de troca.

O capitalismo ou a acumulação do capital está na base da criação e crescimento de cidades tão diversas como São Paulo, Brasília, Belém ou Abaetetuba. Aquele explica também a busca insaciável de novas linhas de produtos, novas tecnologias, novos estilos de vida ou novos lugares para colonizar. Em resumo, o capitalismo prosperou sempre com a produção da diferença (HARVEY, 2007).

Acresce que, de acordo com Mongin (2006), não há que atender apenas ao fenômeno econômico (ou globalização) ou à redução do papel do Estado (revolução liberal). Há igualmente que observar outros planos que se entrecruzam, numa lógica causal. Estes planos – cultural, político, migratório, jurídico e territorial – dependem desses fluxos, os quais acompanham desde a estrutura social à questão da ascensão social. Por isso, assumem particular importância os fluxos territoriais para entender a reconfiguração dos territórios.

A pesquisa teve por objetivo debater a situação atual da habitação e da mobilidade urbana, isto é, o direito à cidade, no município de Abaetetuba. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa que possui uma abordagem qualitativa, a partir da qual procuramos aprofundar o conhecimento sobre o objeto científico definido. Para isso, procedemos à aplicação de quatro entrevistas semiestruturadas junto de profissionais e decisores políticos.

O artigo encontra-se organizado, para além, da Introdução e Conclusão em três seções. Na primeira seção, definimos a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas na pesquisa enquanto na segunda seção, apresentamos os resultados da pesquisa, onde procuramos apresentamos alguns dos impactos sociais no município de Abaetetuba, a partir da sua relação com o projeto Albras/Alunorte, bem como, sobre as questões habitacional e de mobilidade urbana no referido município. Na terceira e última seção, debatemos os resultados obtidos na pesquisa.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica busca direcionar o processo pelo qual se realizou a pesquisa. Assim, nos valeremos do método dialético, uma vez que não há objetos fixos e tudo está em movimento. Nada está propriamente acabado e tudo está sempre em vias de transformação.

Assim, visando um aprofundamento significativo na conjuntura socioeconômica do município de Abaetetuba, principalmente ao que se refere às questões sobre a habitação e a mobilidade, optamos pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa.

A abordagem qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se, por conseguinte, na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Segundo Lakatos e Marconi (2017), para se iniciar uma pesquisa de campo, o primeiro passo é a análise minuciosa de fatos documentais que sirvam de suporte à investigação projetada, pelo que procedemos à competente revisão de literatura e documental.

Relativamente às técnicas de pesquisa, optamos pela realização de quatro entrevistas semiestruturadas junto de profissionais e decisores políticos de Abaetetuba, já que as mesmas têm a “vantagem de permitir a comparação das respostas obtidas para cada questão ou tema, permitindo identificar o que é comum e [distinguir] o que é diferente” (CRUZ, 2020, p.101).

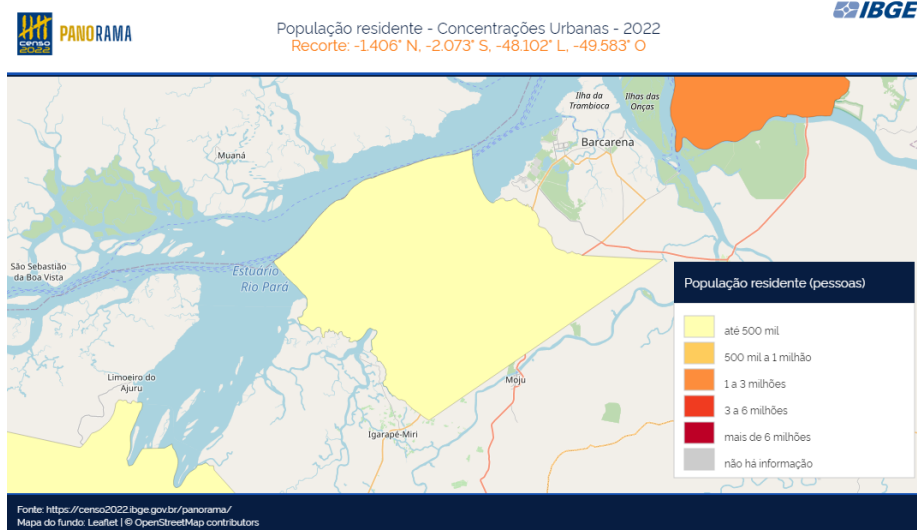
Estas foram realizadas durante o mês de novembro de 2024. Após a coleta dos dados, procedemos à transcrição das mesmas para em seguida tratarmos da apropriada análise de conteúdo (BARDIN, 2008).

3 RESULTADOS

3.1 O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA E O PROJETO ALBRAS/ALUNORTE

O município de Abaetetuba é parte integrante da Microrregião de Cametá e confronta com os municípios de Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Limoeiro do Ajuru e Muanã (Figura 1).

Figura 1 - Município de Abaetetuba



Fonte: IBGE (2024)

Do final do século XIX e até meados do século XX, este município foi dinamizado economicamente pelos engenhos de cachaça. Possuía grandes galpões, estruturados e implantados na região ribeirinha, onde se realizava uma grande produção desta bebida alcoólica. A sua aceitação no mercado regional explica a sua expansão por diversas áreas da Amazônia. Durante várias décadas, Abaetetuba ficou conhecida como a “Terra da Cachaça”. Cardoso e Cruz acrescentam:

A cidade de Abaetetuba carrega em sua história a existência de inúmeros engenhos de cachaça. São exemplos dessa época histórica no município, o monumento “O plantador de cana verde” e o tombamento do Engenho Pacheco. De tal modo que a cidade ficou e continua sendo apelidada de “Terra da Cachaça” (CARDOSO; CRUZ, 2023, p.01).

As obras de construção da primeira fase da Albras iniciaram-se em 1983 e a sua inauguração deu-se em 1985. Já a Alunorte foi inaugurada em 1995 (BARROS, 2014). Assistimos, desse modo, à implantação dos grandes projetos na Amazônia. Estes grandes projetos econômicos estabelecem novos traços na história do povo amazônida e, em especial, na dos abaetetubenses.

É pertinente salientar que o fenômeno da migração é anterior a 1983. Na sequência dos aumentos petrolíferos de 1973, é em junho do mesmo ano que uma comissão técnica do Japão chega ao Pará com a missão de analisar a possibilidade de implantação de uma fábrica de alumínio no Estado.

A partir desse período, se inicia o processo da migração de diversas famílias e indivíduos, principalmente do Nordeste e da região das ilhas de Abaetetuba, em busca de emprego e de uma vida melhor. Nas palavras de Machado:

[...] roças foram abandonadas, inúmeras famílias deram adeus a jiraus¹ e xerimbabos² e instalaram-se na cidade em busca de uma vida melhor, escola para os filhos, televisão nova e geladeira; coisas que o dinheiro da fábrica prometia. Parecia que o progresso e a modernidade eram coisas afinal inevitáveis e viriam para todos (MACHADO, 2020, p. 36).

Porém, após as obras e inauguração das atividades na fábrica, grande parte dos trabalhadores, principalmente os “trabalhadores braçais” foram demitidos pela empresa. Estes, sem condições de retornarem aos seus locais de origem, firmaram moradia principalmente no município de Abaetetuba, onde o custo de vida era mais acessível.

De acordo com Machado (2020) assim que a fábrica iniciou sua operação, os “peões” foram dispensados. Muitos deles, ficaram na cidade, engrossando o contingente de moradores sem emprego ou vivendo de “biscates”. Poucos conseguiram se estabelecer com dignidade.

Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde -DATASUS, no ano de 1988, o município de Abaetetuba tinha uma população de 93.089 habitantes. Já, em 1990, passou a 104.864 habitantes e, em 2000, a 119.152 habitantes. Por fim, em 2012 chegou a 144.415 habitantes, o que nos permite concluir que o município teve um salto significativo em número de habitantes, em pouco mais de duas décadas.

O crescimento populacional desordenado e a ausência de infraestrutura básica fizeram com que os poucos serviços públicos existentes no município, como o abastecimento de água, entrassem em colapso. Igualmente, o aumento da violência urbana e do tráfico de drogas se deveram ao fato do município não conseguir oferecer empregabilidade, nem Políticas Públicas Sociais que subsidiassem as necessidades da população. Algumas pessoas acabaram realizando “práticas” pouco dignas.

Ao mesmo tempo, que a interna migração que acompanha esses empreendimentos [...] eleva o êxodo rural e o desemprego nas cidades, onde surgem focos de prostituição e miséria, com o aumento da violência e o consumo do tráfico de drogas (MACHADO, 2020, p. 32).

Nesse sentido, podemos aferir que a industrialização não consegue desenvolver suas atividades sem a cidade, uma vez que é nesta que são encontrados meios – como a mão de obra – para desenvolver suas atividades. No dizer de Lefebvre:

[...], as velhas cidades são: mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (isto é, locais onde possa substituir “o exército de reserva do proletariado”, como diz Marx, que pesa sobre os salários e permite o crescimento da mais-valia). Além do mais, a Cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra (LEFEBVRE, 2011, p. 15).

¹ Jiraus: Estrado rústico, construído a certa altura do solo, usado como pia de cozinha; Xerimbabos: 1. Animal domesticado e manso, mesmo silvestre. 2. As aves do terreiro.

Dessa forma, Abaetetuba vê-se conectada à teia capitalista transnacional, onde Machado (2020) ressalta que o município rapidamente começa a desfrutar dos bens tecnológicos, mas recebendo junto com este, o ônus da “modernização” rápida e violenta. O autor ainda conceitua que de cidade vocacionada essencialmente à vida ribeirinha, vê-se, de repente, como subúrbio de uma megalópole imaginária, sofrendo com essa radical mudança em sua identidade física e social.

Apesar do Projeto Albras/Alunorte ter sido concebido para se instalar no município de Barcarena, foi o município de Abaetetuba que sofreu uma forte concentração deste “exército industrial de reserva”. A sua proximidade ao referido Complexo, explica que se tenha constituído como o grande propulsor do mesmo. Nas palavras de Quaresma et al:

O excedente demográfico relativo de Abaetetuba contribuiu para o funcionamento da Albras e da Alunorte, pois a mão-de-obra abundante e barata serviu como substrato para a constituição de um exército de reserva para as atividades de baixa qualificação e insalubres produzidas pelo projeto. Como o município mostrava-se carente de uma relação empregatícia formal, coube às empresas em questão desempenharem o seu papel de “redentoras sociais”. Dessa forma, inúmeras pessoas que vieram em busca de emprego conseguiram ser contratadas. Os trabalhos ofertados eram como braçais na construção da fábrica (este foi o ramo que mais gerou empregos) ou como técnicos em diversas áreas (QUARESMA et al, 2015, p.163).

Diante de tais fatos, convém ressaltar que se torna inegável o crescimento da rede comercial. Contudo, o Projeto Albras/Alunorte, também traz consigo uma nova rede comerciária, no caso, as escolas de cursos técnicos. Diante do processo de funcionamento do Complexo, o mesmo passa a precisar de contratar sujeitos capacitados, em diferentes áreas de trabalho. Assim, uma parcela da população inicia uma nova trajetória em sua vida, na busca por educação profissional técnica. Com isso, são criados ou se instalam, no município de Abaetetuba, grandes Institutos de Educação Tecnológica que trazem em seu bojo a profissionalização de mão de obra para atuação nos empreendimentos industriais.

Por fim, as questões, habitacional e de mobilidade urbana no município de Abaetetuba, passam a ser assunto de debate no contexto do acesso e do direito à cidade.

3.2 O ACESSO E O DIREITO À CIDADE, EM ABAETETUBA

A cidade de Abaetetuba ao longo dos anos vem passando por diversas transformações, principalmente no que concerne ao espaço urbano. Com o período desenvolvimentista das décadas de 1970 e 1980, assistimos à chegada e à implantação dos “Grandes Projetos” na Amazônia, entre os quais o referido Complexo Albras/Alunorte. Na sequência, Abaetetuba vai reconfigurar seu espaço urbano o que vai acarretar problemas de infraestrutura, seja na área urbana ou rural, bem como,

problemas socioeconômicos. Segundo Moraes et al:

O aumento populacional de Abaetetuba, promovido a partir da construção de infraestruturas viárias, que por consequência, viabilizaram o ingresso de grandes empreendimentos, metamorfosearam o espaço urbano do Município promovendo o aparecimento de questões como: dispersão urbana, acelerada expansão territorial, crescimento desordenado da cidade, saturação das suas principais vias de transporte; limitações e precariedades de mobilidade, problemas de moradia, segregação socioespacial, falta de planejamento urbano etc. (MORAES et al, 2023, p.5).

Dessa maneira, a questão habitacional e a mobilidade urbana são temas determinantes na discussão sobre o acesso e o direito à cidade. Apesar de se tratar de um direito fundamental e coletivo, nossas cidades apresentam a materialização da lógica neoliberal e seu sistema excludente e privado que se corporifica, na desigualdade do espaço: os mais pobres vivem na periferia, em habitações precárias e dispõem de um sistema de transporte público precarizado e insuficiente, ou até mesmo inexistente, como acontece em Abaetetuba.

Neste movimento, as aglomerações urbanas resultam do processo de acumulação capitalista, bem como da divisão social e territorial realizadas historicamente. Dessa maneira, refletimos com Santos (2001, p.180), “[...] não é o espaço urbano que se constitui em estrutura social, mas o espaço humano tomado em seu conjunto”. Complementa um de nossos entrevistados:

Na década de 80, começou a questão da fábrica. As pessoas saíram de suas pequenas propriedades, em busca de emprego. Nesse processo de construção da fábrica, vieram também pessoas de Minas Gerais, Goiás e de outros Estados para trabalharem na construção. É aí que Abaetetuba passa a ser uma cidade dormitório (Entrevistada nº 1, em 06/11/2024).

A entrevistada nº 1, ainda ressaltou em sua entrevista, que com a conclusão da construção da fábrica, muitas pessoas, apesar de perderem o emprego, não retornaram para suas cidades de origem. Pelo contrário, se instalaram na periferia, o que fez com que Abaetetuba passasse rapidamente de 04 para 10 bairros e posteriormente para 17 bairros, sem o mínimo de planejamento e com bolsões de pobreza.

O que nos leva a considerar que Abaetetuba, assim como outras cidades do Brasil, se formaram e se tornaram o símbolo do desenvolvimento desordenado e da desigualdade social. Nas palavras de Moraes et al:

[...] Abaetetuba enfrenta diversos fenômenos urbanos, como por exemplo a segregação socioespacial. Esse tipo de manifestação advinda do espaço urbano, se firma sobretudo a partir da construção de áreas habitacionais cada vez mais distantes dos centros urbanos (MORAES et al, 2023, p.7).

A reflexão nos leva a analisar a questão relativa ao acesso às políticas públicas urbanas, no tocante à segregação socioespacial, assim como a política de habitação vem sendo condicionada no município de Abaetetuba. Sobre este tema, o entrevistado nº 2 exprime a sua opinião:

A questão da habitação ainda considero um pouco desorganizada porque a cidade sofreu um impacto muito grande com a criação de vários bairros. E esses bairros foram sendo criados por aquilo que nós chamamos de invasão. Outros chamam de ocupação, etc., por esse tipo de ocupação, por esse tipo de formação (Entrevistado nº 2, em 06/11/2024).

Desse modo, o mesmo entrevistado concluiu que a população foi ocupando os espaços que entendeu estarem vagos. Nesse sentido, classificou a questão da habitação do município como precária, não por falta de habitação, mas pela desorganização da criação dos bairros. E, acrescentou:

[...] a organização urbana da cidade, nós não temos isso. À medida que você tem bairros se formando de forma desordenada e em seguida não há políticas para que se ordene, digamos assim, então há de convir que a política habitacional inexistente no município (Entrevistado nº 2, em 06/11/2024).

A Política Nacional de Habitação tem como componentes principais não apenas a provisão de habitações, mas a integração de toda uma política de desenvolvimento urbano que regulamente um padrão mínimo de habitabilidade como moradia digna, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.

A entrevistada nº 3, sobre a situação habitacional no município de Abaetetuba, entende que atualmente os preços da terra e dos imóveis estão muito inflacionados. Nas suas palavras,

[...] [na] década de 70, 80, não era assim tão complicada. Mas nesse momento atual, a gente consegue observar que tem muito essa questão da especulação, o que causa um alto déficit habitacional na área urbana. Há muitas famílias morando na mesma casa, [que] não tem condições de adquirir um terreno, um imóvel por conta própria, por conta do valor. Observa-se que é muito caro, muito alto o valor (Entrevistada nº 3, em 12/11/2024).

A colocação acima, retrata uma situação que vem se intensificando e ficando mais forte nos últimos tempos, a especulação imobiliária. Ainda sobre a questão da habitação, ela frisa:

Então, mesmo Abaetetuba sendo um município, segundo o censo 2022, com mais de 158 mil habitantes a política de habitação não é efetivada de fato e de direito. O que se tem [é a] execução de programas do governo federal. O município então, dentro da política de habitação, não consegue trabalhar a descentralização. O que faz com que os servidores executem somente os programas federais e não a política em si, o que leva a fragmentar o trabalho e acaba por não vivenciarmos a política de habitação (Entrevistada nº 3, em 12/11/2024).

Por conseguinte, é possível inferir que em Abaetetuba, a política de habitação é executada através dos programas habitacionais federais como o Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV. Programa este que já beneficiou 1.208 famílias abaetetubenses e está em processo para entregar mais 800 casas.

Quanto à mobilidade urbana no município de Abaetetuba, a entrevistada nº 1 confirmou que na década de 1980, o município ficou conhecido como a cidade das bicicletas. Desse modo, em cada residência havia em média quatro bicicletas.

Assim, durante muito tempo as mesmas foram o principal meio de transporte dos munícipes. Por conseguinte, até meados de 2010, existiram em Abaetetuba os “batalhadores” de bicicleta. Hoje, os poucos que ainda resistem são conhecidos como taxi-ciclistas. Na continuação a entrevistada nº 1 contextualiza a questão da mobilidade urbana:

[...] a cidade foi crescendo, as pessoas foram chegando e se instalando na periferia. Houve a necessidade desse movimento Centro-Periferia, uma vez que as políticas urbanas são concentradas no centro da cidade. A bicicleta já não alcançava, não era suficiente para quem precisava ir até o centro. Então, foi aí que saímos da bicicleta para a moto (Entrevistada nº 1, em 06/11/2024).

Nesse interim, assistimos ao surgimento de um novo meio de transporte que são os mototáxis. Segundo a entrevistada nº 3:

[...] o único transporte [disponível são os] mototáxis. Mas corre-se um certo risco, [por] poucos serem legalizados. Tem muitos clandestinos... Aí, a gente fica com receio de usar. São situações que precisam ser olhadas com muito cuidado (Entrevistada nº 3, em 12/11/2024).

A entrevistada ressalta ainda o custo econômico deste transporte, uma vez que os mototaxis são transportes privados e individuais. Não são públicos, pelo que é cobrada a deslocação de acordo com a distância percorrida. Ora, isso onera muito no planejamento familiar, principalmente das famílias de baixa renda, como os contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV, visto que as suas casas ficam afastadas do centro da cidade e da rede comercial do município.

A Lei Municipal nº 2.285/2009, de 20 de novembro do 2009, em seu artigo 8º, regulamenta a fixação das tarifas dos serviços de mototaxi, no entanto, não se aplica à situação referida. Moraes et al, salientam:

Quanto ao custo econômico, os valores das corridas são determinados pela distância no trajeto de deslocamento, que é calculada pelos próprios prestadores de serviço e que acabem entrando em consenso, haja vista que não há uma tarifa tabelada pelo poder público com preços justos e disponíveis a população. [...] os valores das corridas variam de R\$5,00 a R\$10,00. (MORAES et al, 2023, p.11).

Já o entrevistado nº 2, ressalta o seguinte sobre a mobilidade neste município:

À medida que se organizar os bairros, nós vamos também pensar em como a cidade vai se mover. Porque se você pegar hoje as dezessete horas a Dom Pedro II, não se consegue fazer o retorno em lugar nenhum. Não se consegue fazer um retorno de moto, de bicicleta, a pé... Tem que correr e se arriscar a ser atropelada. A cidade cresceu muito em volume de carros, motos, em transeuntes, em pessoas que vêm de outros municípios fazer negócios aqui (Entrevistado nº 2, em 06/11/2024).

Complementarmente e de acordo com o portal de notícias do Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN (2018), na cidade de Abaetetuba, existem mais de 28.800 veículos, sendo 16.124 motocicletas.

Os entrevistados nº 1 e nº 2, ressaltam, nas suas entrevistas, a questão das ruas do município que se tornaram pequenas diante da grandiosidade e da complexidade em que se transformou o trânsito em Abaetetuba.

A partir da criação e implementação do Departamento Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade de Abaetetuba- DMTTM, hoje DEMUTRAN, através da Lei Municipal nº 653/2022, a entrevistada nº 1 ressaltou algumas mudanças significativas na cidade, como: vias de sentido único, melhor sinalização horizontal, vertical e semaforica, para além da realização de concurso público para contratação de agentes de trânsito.

Já o entrevistado nº 2 refere uma ação significativa no âmbito da mobilidade, nomeadamente a alteração das ruas de acesso de entrada e saída da cidade. Dessa forma, a Avenida Dom Pedro II passou a ser a via de acesso e a Avenida Pedro Rodrigues passou a ser via de saída da cidade. Para além disso, a Avenida São Paulo passou a ser via de sentido único. Com essa mudança a mobilidade no trânsito melhorou. O mesmo entrevistado continua:

quando você organiza o bairro, você cria essa consciência de que essa rua aqui, ela pode ser mão dupla, aquela ali não pode. Essa rua aqui tem um nome, essa rua aqui ela precisa de cuidado e tal. Essa rua aqui tem posto de saúde, tem um hospital, tem uma escola e, portanto, precisa ter uma lombada e tal (Entrevistado nº 2, em 06/11/2024).

Quando se fala em mobilidade urbana em Abaetetuba e que foi consenso entre todos os entrevistados, foi a falta de transporte público. Apesar do município de Abaetetuba ser a sétima cidade mais populosa do estado do Pará, com uma população estimada em 158.188 habitantes (IBGE, 2022), ainda não dispõe de transporte público. Moraes et al (2023) destaca:

A exemplo de muitas cidades brasileiras, Abaetetuba enfrenta diversos fenômenos urbanos, como por exemplo a segregação socioespacial. Esse tipo de manifestação advinda da

expansão do espaço urbano, se firma sobretudo a partir da construção de áreas habitacionais cada vez mais distantes dos centros urbanos (MORAES et al, 2023, p.7).

Em dezembro de 2019, através da Lei Municipal nº 544/2019, instituiu-se a Política de Mobilidade Urbana, no município de Abaetetuba. A partir dessa data, o município procura regulamentar o transporte público urbano, tabelamento e horários do transporte para as zonas rurais. Em sua explanação, o entrevistado nº 4, faz notar que permanecem os hábitos e costumes de quem andava de bicicleta e passou a andar de motocicleta, como por exemplo, andar sem capacete ou com lotação excedente. O mesmo ainda evidência o processo da educação do trânsito:

[...] vêm-se trabalhando muito essas questões, o excesso de velocidade, as campanhas de educação normalmente são levadas às escolas para trabalhar com as crianças, os adolescentes, para que de certa forma chegar ao espaço familiar. As campanhas também se intensificam na semana nacional do trânsito (Entrevistado nº 4, em 21/11/2024).

Sobre o transporte público urbano, o entrevistado nº 4 acentua:

[...] a gente vem trabalhando a questão do transporte público urbano, justamente para dar opção para a população na questão do transporte. Às vezes chega-se a debater a parte mais social, saindo um pouco do técnico. Uma vez por exemplo das habitações lá longe, tem que pegar mototáxi para vir ao centro da cidade. Ele não tem muitas escolhas, acaba se expondo a riscos como às vezes não usar capacete ou utilizar transporte irregular (Entrevistado nº 4, em 21/11/2024).

O município de Abaetetuba dispõe da Lei Municipal nº 2.285/2009, de 20 de novembro do 2009, que regulamenta o funcionamento dos serviços de transporte individual de passageiros em motocicletas, reconhecendo igualmente a profissão de mototaxista. Há, contudo, “profissionais” que exercem a função de modo irregular, isto é, sem carteira nacional de habilitação, com veículos irregulares ou não registrados como mototáxis.

O entrevistado nº 4 evidencia ainda o modo como os bairros estão se expandindo,

[...] a questão do transporte urbano é justamente de integrar o bairro Bosque e o bairro Castanhal que estão se expandindo. O Jarumã também, e é o mais distante de todos. Ainda assim o Jarumã se encontra naquela questão de transição de zona rural para urbana. E aí, os moradores são atendidos pelo transporte da zona rural, mas estamos trabalhando nessa transição (Entrevistado nº 4, em:21/11/2024).

Igualmente, o entrevistado nº 2 traz à colação a questão da dificuldade em pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, devido ao bairro onde se localiza a sua residência ter transitado a sua classificação de zona rural para zona urbana.

O entrevistado nº 4 refere ainda outros entraves relacionados com o transporte público como a necessidade de capacitação de motoristas de ônibus ou cobradores de ônibus para que seja possível contratar profissionais no município. Por outro lado, a existência de ruas estreitas e mal estruturadas condiciona a circulação de ônibus. A solução, nestes casos, passa pela circulação de micro-ônibus.

Quanto à questão da acessibilidade, a entrevistada nº1 aduz:

A nossa cidade não é uma cidade para todos, não é para quem tem mobilidade reduzida, não é para pessoa com deficiência, entendeu? A cidade não obedece ao que diz o Estatuto da Cidade, não obedece à lei básica da inclusão. Os passeios públicos² não são nivelados. Também não dão acesso ao cadeirante, às pessoas com mobilidade reduzida. Elas não podem andar na calçada e também não podem andar na rua (Entrevistada nº1, em 06/11/2024).

O entrevistado nº 4, ainda salienta que:

[...] “rodando” aqui nas ruas da cidade, de certa forma tem ruas que são muito estreitas ou curvas muito fechadas e até mesmo lugares com bastante comércio, a concentração de falta de estacionamento, a questão da regularização das calçadas, local para parada de ônibus [...] Estamos fazendo todo esse levantamento porque não é só pôr a linha. Tem que se trabalhar os pontos, a parada, o acesso ao próprio ponto de ônibus [...] aí tem a questão do pedestre, a transição do pedestre com o transporte urbano. a gente vê muito essa questão do transporte urbano estar integrando no deslocamento do pedestre, principalmente dos que moram distantes (Entrevistado nº 4, em 21/11/2024).

Para Verás (2000, p.97), “o urbanismo se torna, pois, cada vez menos homogêneo, crescem e se modificam estruturas, pois a ocupação do espaço se torna cada vez mais diferenciada”. Desse modo, a estrutura urbana desempenha um papel importante dentro do processo de formação, das relações sociais e do modo de vida de um povo.

O acesso e o direito à cidade no município de Abaetetuba são heterogêneos, ou seja, existe “diferenciação” na organização urbana, principalmente na relação centro-periferia.

As parcas ações do Estado explicam as diferenças socioespaciais na habitação e na mobilidade das cidades contemporâneas, as quais vêm sendo historicamente construídas sobre a lógica hegemônica segregadora da produção capitalista. O contexto regional de Abaetetuba está intimamente ligado a essa historicidade organizacional.

4 DISCUSSÃO

O processo de urbanização em Abaetetuba é anterior à industrialização, mas foi esta última que veio exponenciar o crescimento da primeira. Dessa forma, a instalação do Complexo

² Passeios públicos: parte da calçada (mas pode ser parte da pista de rolamento desde que sinalizada por pintura ou elemento físico separador) destinada exclusivamente para circulação.

Albras/Alunorte provocou o fenômeno migratório quer dentro do município, quer dentro do Estado do Pará, quer em outros Estados brasileiros. No entanto, a diversidade dos trabalhos executados a partir da preparação e construção das infraestruturas do Complexo mudou com a necessidade crescente de trabalho especializado alterando conseqüentemente as necessidades laborais a contratar, pelo que os primeiros acabaram por cessar suas funções no referido Complexo.

No entanto, se para alguns, a crença ou a expectativa da oferta de trabalho subsistiram, para outros desapareceram as que possuíam sobre a possibilidade de regressar ao território de origem, o que levou a que se fixassem na periferia do município de Abaetetuba. Complementarmente, as exigências para contratação laboral mudaram, pelo que surgiram na cidade de Abaetetuba oportunidades para as pessoas se capacitarem em institutos profissionais que se foram instalando ou desenvolvendo na cidade.

Durante esse processo de industrialização, a cidade de Abaetetuba mudou radicalmente. Primeiro, com a fixação na periferia de Abaetetuba, desses trabalhadores e desempregados, ainda que através da ocupação ou invasão de terras vagas ou abandonadas, originando a criação de novos bairros. A cidade cresceu exponencialmente, todavia sem as infraestruturas municipais, políticas, culturais ou sociais necessárias.

Esse processo – contínuo – de urbanização prossegue deficitário, uma vez que não gerou oportunidades de habitação para todos – daí o recurso ao Programa federal “Minha Casa, Minha Vida”. Mas como referimos anteriormente, há que promover igualmente políticas de desenvolvimento urbano que regulamente a moradia digna, a infraestrutura, o saneamento ambiental, a mobilidade, o transporte coletivo, os equipamentos, os serviços urbanos e sociais para seja alcançado de forma plena, o Direito à Cidade, direito esse consagrado constitucionalmente, no Brasil.

Com isso, chegamos à questão da mobilidade. Esta é complementar quer à urbanização, quer à própria industrialização. O acesso aos bairros continua condicionado à disponibilidade de transporte individual próprio ou ainda à oferta de transporte individual que atualmente se traduz na oferta de serviço de transporte individual, em mototáxi. Se nos anos 80 abundavam as bicicletas, hoje são as motocicletas para fazer esse transporte.

Desse modo, a maioria da população ou, sobretudo a mais carenciada, tem ou usa este tipo de transporte, o que se deve em parte, à falta ou deficiente oferta de transporte público coletivo. Complementarmente, o próprio traçado da cidade de Abaetetuba não ajuda com suas ruas estreitas e tortuosas na oferta de transporte coletivo público. No entanto, é sobretudo na relação centro – periferia que mais se sente a falta do transporte coletivo.

Por fim, comprovamos a complexidade da interdependência entre industrialização, urbanização e mobilidade. Estes não podem ser pensados ou planejados em separado. A cidade cresceu sem planejamento, pelo que continuam a urgir políticas públicas que pensem o direito à cidade, a partir do trinômio mencionado. Por outras palavras, a cidade é habitação, mobilidade e trabalho, porém durante o seu desenvolvimento faltaram políticas públicas para solucionar ou dar resposta a problemas coletivos. De alguma forma, a falta de planejamento foi obtendo respostas individuais, por isso, concluímos que para questões coletivas são necessárias resoluções igualmente coletivas.

5 CONCLUSÃO

O processo de urbanização de Abaetetuba é o resultado, mesmo que de forma indireta, do modo de produção capitalista configurado no processo da industrialização. Esse processo, assim como em outras regiões do Brasil e do mundo, produziu uma segregação socioespacial, principalmente no tocante à habitação e à mobilidade urbana.

Moraes et al (2023) salienta que no município de Abaetetuba, o acesso e o direito democrático à cidade se dá a partir da lógica segregadora, uma vez que todas as casas do PMCMV foram construídas muito distantes do centro da cidade. De fato, os munícipes que habitam essas casas são trabalhadores e trabalhadoras com baixo poder aquisitivo que não possuem transporte próprio. Por outro lado, o município não dispõe de transporte público coletivo que permita a estas pessoas se locomover para o centro da cidade.

O Plano Diretor do Município de Abaetetuba, na Seção III, artigo 14 estatui sobre a Política de Habitação no município. Porém, não conseguimos observar os efeitos dessa política, uma vez que o município apenas executa Programas Federais. Há que destacar que a política de habitação vai além da execução desses programas como salientam os incisos do referido artigo.

Quanto ao Plano de Mobilidade Urbana, este encontra-se em desenvolvimento, pelo que vem buscando soluções para que os abaetetubenses possam usufruir de uma cidade acessível, transitável e “apropriada”.

AGRADECIMENTOS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA, Comitê Intersetorial de Calamidade Pública-Diagnóstico de levantamento das Comunidades localizadas na área de influência da Empresa Multinacional Hydro-Norsk Hydro Alunorte. Abril 2018.

ABAETETUBA, Lei nº 544/2019, 18 dez 2019.

ABAETETUBA, Plano Diretor do Município de Abaetetuba, Lei nº 486/2016, 21 dez 2016.

ABAETETUBA, Lei nº 285/2009, 20 nov 2009.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly, Grandes Projetos, Atores Sociais e Ações Locais no BAIXO Tocantins Paraense: o caso de Barcarena. Anais do VII CBG. VII Congresso Brasileiro de Geografia, ago 2014.

BRASIL, Instituto Evando Chagas, Relatório Técnico 003-2018-versão 1 002. Avaliação Preliminar dos Impactos Ambientais referente ao transbordo e Lançamentos Irregulares de Efluentes de Lama Vermelha na cidade de Barcarena, Estado do Pará, 28 mar 2018. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/11.-RELAT%C3%93RIO_T%C3%89CNICO_SA_MAM_003-2018.pdf. Acesso em 12 mai. 2024.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Agencia de notícias, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.igbe.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL, Departamento de Informação e Informática do Sistema único de Saúde. DATASUS, 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL, Departamento de Transito do Estado do Pará. DETRAN, 2024. Disponível em: <https://www.detran.pa.gov.br/noticias/index.php>. Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL, Escola Pública de Transito do Estado do Rio Grande do Sul, Qual a diferença entre calçada e passeio, 2024. Disponível em: <https://escola.detran.rs.gov.br/qual-a-diferenca-entre-passeio-e-calcada/>. Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL, Estatuto das Cidades, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL, Política Nacional de Habitação, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 15 jan. 2025

CARDOSO, Michelly Conceição; Cruz, Fernando Manuel Rocha da, Patrimônio Cultural na “terra da cachaça”, Abaetetuba/PA (Brasil). Revista PEER REVIEW, v. 5, nº 10, 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. FFLCH, São Paulo, 2007.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigación en Sociología Urbana*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2001.

CLARK, David. *Urban World/Global City*. New York: Routledge, 2003.

CLENES Cleuton, CARDOSO Lucimar Crispim Vaz, DOURADO Vânia Cristina. *O Processo de Urbanização Brasileira**. *Estudos, Goiânia*, v.37.n.5/6. p.573-585, maio/junho 2010.

CRUZ, Fernando Manuel Rocha. Público, turismo y ocio en los museos universitarios de Natal/RN (Brasil). *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, n. 84, p. 99-116, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4959/495964701006/495964701006.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025

HARVEY, David. *Espacios del capital: hacía una geografía crítica*. Madrid: Akal, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

MACHADO, Jorge. *História de Abaetetuba: Com referenciais na história social e econômica da Amazônia*. Abaetetuba: Edição do Autor, 2020. Disponível em: <https://escrevercomorespirar.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2025

MACHADO, Jorge. *Glossário abaeteense, Palavras e expressões do linguajar regional*. Abaetetuba: Edições Alquimia, 2005. <https://escrevercomorespirar.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jan. 2025

MONGIN, Olivier. *La condición urbana: la ciudad a la hora de la mundialización*. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 2006.

MORAES, José Edilson Amaral, VASCONCELOS, Eliza Maria Almeida, SILVA, Tayná Silmara Lima da, SOARES, Samara Cunha, *Segregação Socioespacial e o direito a cidade: Ausência de transporte público por ônibus para os conjuntos habitacionais implementados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Abaetetuba/PA, 2023*. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/site/programacao/programacao_jornada.pdf

QUARESMA, Madson; SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria; CASTRO, Carlos: *Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial*. *Percursos, Florianópolis*, v.16, nº 32, p.143-168, set./dez. 2015.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando Olhares: uma tradução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000.